



Comunicação oral: Eixo 01- A educação básica brasileira e desafios da atualidade

OS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS AO TRABALHO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DO ENSINO MÉDIO A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DOCENTES DE SOROCABA-SP

Daniele Xavier Ferreira Giordano – UFSCar/Sorocaba*

Paulo Gomes Lima – UFSCar/Sorocaba **

Resumo: O presente trabalho é recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos – *Campus* Sorocaba que teve por objetivo analisar os conhecimentos necessários ao trabalho do coordenador pedagógico do ensino médio a partir das perspectivas docentes de Sorocaba-SP. Para efeitos de coletas de dados foi elaborado um questionário semiestruturado e aplicado em trinta docentes de quatro instituições que ofereciam ensino médio, sendo duas centrais públicas e duas privadas. A centralidade da problemática foi orientada pela contribuição de Lima (2011) identificando treze setores específicos do trabalho do coordenador pedagógico. A proposta aos docentes foi a de discriminar tais setores no cotidiano da escola dentro do processo de intervenção desse profissional. Os resultados das devolutivas apontaram que, embora os docentes concordem que os treze setores contemplam o trabalho do coordenador pedagógico, isso não ocorre de forma paralela e constante no seu cotidiano.

Palavras-chave: Coordenação Pedagógica. Ensino Médio. Sorocaba-SP.

Introdução

Partindo do pressuposto que a escola sempre foi um lugar das mais complexas relações humanas e levando em consideração todas as mudanças pelas quais tal instituição já sofreu, podemos afirmar que um dos maiores desafios que a escola da atualidade enfrenta é a busca por uma transformação social que não mais permita o processo educacional sendo resumido ao simples mecanismo para o mercado de trabalho.

A escola é o lugar de onde se deve esperar a formação de indivíduos críticos, reflexivos, autônomos, emancipados e participativos, mas, para atingir tais objetivos, é necessário percorrer um grande e intrincado caminho. O processo educacional, complexo e indispensável, existe a partir das relações entre sujeitos sociais como professores, alunos, pais, diretores, supervisores, orientadores, demais colaboradores e, como foco central do tema apresentado, coordenadores pedagógicos.

*Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – (UFSCar-Sorocaba). E-mail: dani.xfg@gmail.com. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – (UFSCar-Sorocaba). E-mail: paulogl.lima@gmail.com



O coordenador pedagógico é um profissional cuja presença é imprescindível em todos os segmentos da educação básica e superior dentro das instituições de ensino. É ele que busca articular o trabalho desenvolvido por todos os sujeitos presentes no processo educacional para atender a demanda esperada e necessária. Assim como todos os segmentos possuem suas especificidades, no ensino médio, recorte dado nesse trabalho, não é diferente. Dessa forma, o coordenador pedagógico do ensino médio, além de suas atribuições gerais, possui características mais específicas que serão tratadas mais adiante.

De acordo com Lima (2011) a organização do trabalho do coordenador pedagógico é fundamental para o desenvolvimento do estudante em sua totalidade, o que requer sistematização e visão de conjunto. Mas, para que seu trabalho consiga ser sistematizado e para que atinja os maiores objetivos esperados ao final do ensino médio, a visão docente é de extrema relevância.

Durante o processo de pesquisa acerca do tema em questão, observou-se a falta de produção de trabalhos acadêmicos específicos no campo de atuação do coordenador pedagógico no ensino médio, fazendo com que houvesse a utilização da literatura de temas mais gerais, ou seja, trabalhos que abordavam a figura do coordenador pedagógico nos mais variados segmentos e outros que abordavam diversos pontos e contexto histórico do ensino médio no Brasil. Para melhor apresentação e compreensão dos resultados e reflexões da presente pesquisa, o trabalho foi organizado em três sessões, conforme detalhadas a seguir.

O coordenador pedagógico do ensino médio na literatura especializada

Por revisão de literatura especializada entende-se a seleção minuciosa de determinadas temáticas de áreas do conhecimento, no nosso caso na área educacional, elege como temática a coordenação pedagógica no Ensino Médio. O processo de ensino e aprendizagem na escola pressupõe interações entre todos os atores sociais envolvidos (alunos, professores, coordenadores, diretores, demais funcionários da escola, pais e toda comunidade) em busca da constante formação do indivíduo. Do conjunto de tais atores destacamos a presença do coordenador pedagógico, como mediador dos processos de ensino e aprendizagem das tensões e conflitos que transversalizam tais relações.

A partir da literatura especializada, constata-se que a função de supervisionar/orientar o processo de ensino e aprendizagem existe desde muito cedo no Brasil, quando ainda existia a educação jesuíta. Dessa época para a atual, Saviani (2006) destaca que passamos por inúmeras transformações educacionais, mas é a partir da década de 1920 que os modelos tradicionais imperativos são questionados e acontecem novas mudanças para o desenvolvimento educacional. No contexto das novas relações existentes no início do século XX com a industrialização, a escola e os responsáveis pelas atividades meio e fim também



necessitam de novos arranjos e organização, daí o surgimento da figura do supervisor, que já se “diferenciava” do diretor e inspetor de ensino.

Segundo Barros, Lopes e Carvalhêdo (2016), no período da ditadura militar em 1964, o então supervisor educacional ainda fazia parte dos profissionais que trabalhavam na escola e passou a exercer suas funções de acordo com o modelo imposto pelo governo que defendia uma educação em moldes autoritários e mecanicistas, mesmo porque iniciavam-se os acordos entre o Brasil e Estados Unidos por meio do MEC e da USAID. Até a década de 1980 a presença do supervisor educacional cercava-se de um caráter técnico e instrucional não necessariamente voltado para a construção do conhecimento do professor nas escolas brasileiras. Dessa década em diante, a conformação política, econômica e social no mundo e no Brasil exigiam novos arranjos nos modos de produção e força de trabalho, o que corroborou para o movimento de reabertura democrática no Brasil e novo olhar para a escola com a promulgação da nova Constituição Federal, que propunha, dentre outros princípios, a gestão democrática do ensino público (BRASIL, 1988, art. 206). Falar de gestão democrática significa que a escola deveria acarretar espaços e tempos em que as vozes, votos e vezes fossem tomadas como pressupostos de toda a deliberação que a escola pudesse entender como significativa.

Em todo esse contexto, o coordenador pedagógico categorizado por tal terminologia, tinha sob a sua responsabilidade grande parte da demanda escolar articulando a dimensão burocrática e a dimensão pedagógica (assistência ao professor), além de dirimir tensões dos discentes. Atualmente, o coordenador pedagógico no Brasil é um profissional que faz parte da gestão escolar, que busca exclusivamente a articulação de todo o trabalho pedagógico. Uma das funções do coordenador pedagógico é trabalhar com a formação continuada dos seus professores. Para Libâneo (2017) o coordenador pedagógico responde pela viabilização, integração e articulação, do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade de ensino. Conforme Boccia e Dabul, para ocupar o cargo de coordenador pedagógico

No Município de São Paulo, o provimento deste *cargo* dá-se por concurso de acesso (Lei n. 14.660 de 26 de dezembro de 2007), tendo por pré-requisito a graduação em Pedagogia. [...] Já no estado de São Paulo, o provimento não é por concurso. Trata-se de *função* de professor coordenador e o candidato passa por prova de credenciamento nas Diretorias de Ensino, sendo exigidos 50% de acertos na prova. O pré-requisito é possuir graduação no ensino superior em qualquer área. Na rede privada, o coordenador pedagógico é indicado pelo diretor ou mantenedor da unidade e se exige formação específica em Pedagogia (BOCCIA e DABUL, 2013, p.16).

Em algumas redes municipais brasileiras, há editais de concurso para o provimento do cargo de coordenador pedagógico, que elenca quais serão as suas atribuições. Vale ressaltar que



nas instituições privadas, o coordenador pedagógico do Ensino Médio não precisa, necessariamente, ter formação específica em Pedagogia, conforme havia destacado Boccia e Dabul (2013). Ser coordenador pedagógico do Ensino Médio possui certas especificidades, pois atua no último segmento da educação básica, que visa à formação do estudante para o ingresso à graduação e/ou para o mercado de trabalho.

Pela extensa, e não menos importante, história do Ensino Médio no Brasil, não há a pretensão aqui de fazer uma trajetória desde a sua existência, mas um recorte a partir da redemocratização do país. Sabemos que ao final da década de 1960 o país começava a desenvolver maior crescimento econômico devido à industrialização que se instaurava. Para tanto, era necessário reestruturar o país para o “milagre econômico”. É então sancionada a Lei 5.692/71, que chega reorganizando o ensino no Brasil, passando a ter como principal objetivo a formação profissionalizante. Acontece que tal lei acarretou novos problemas, uma vez que essa reforma implicava em se ter um planejamento bem definido acerca da implementação de um ensino profissionalizante, quando ainda nem as escolas do ensino regular tinham qualquer estrutura. Não bastava apenas construir escolas de caráter profissionalizante ou adaptar à este as escolas que já existiam, afinal, a mudança também deveria atingir a formação dos professores. O custo se tornou muito alto e as verbas repassadas pelo governo não eram suficientes (CURY, 1998). Nessa conjuntura, surge então uma nova proposta como forma de mudança desse paradigma, a Lei 7.044 de 18 de outubro de 1982, que destaca em seu artigo 1º o ensino como sendo voltado para “preparação para o mercado de trabalho”, buscando, assim, acabar com a obrigatoriedade da profissionalização do ensino.

É evidente que intuítos econômicos e políticos sempre estiveram na base das legislações de ensino. Com o final da Ditadura Militar e a promulgação da nova Constituição Federal, tivemos avanços para o âmbito educacional, principalmente pela educação como direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988, art. 205). Nessa época, a população esperava por participação mais ativa na sociedade, principalmente na esfera política e educacional. Para atender a demanda de uma nova organização de trabalho, se fez necessário pensar em uma nova mudança na legislação educacional, visando, ao mesmo tempo, a expansão e democratização da educação básica bem como a articulação de conhecimentos tecnológicos e científicos. É nesse contexto que surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a chamada LDBEN 9.394/96. Inicialmente, a referida lei trazia o ensino fundamental obrigatório e gratuito e a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio. Em 2009, a surge a Lei 12.061/2009, que prevê uma universalização do ensino médio gratuito. Já em 2013, uma nova alteração, vinda com a Lei 12.796/2013, compreende uma educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada em pré-escola, ensino



fundamental e ensino médio. Por trás dessas alterações há a grande dificuldade de se firmar esse segmento de ensino, uma vez que as demandas econômicas continuam e que os planos de governos continuam a falhar. Mesquita e Lelis, ao investigarem o processo de universalização do ensino médio, destacam que

A maioria dos estudos sobre o tema identifica três problemas-chaves no desenvolvimento do Ensino Médio (CURY, 1998; KRAWCZYK, 2009, 2011; KUENZER, 2011). São eles: a dificuldade de acesso e permanência para cerca da metade da população jovem, a pouca qualidade do ensino oferecido com resultados de desempenho dos alunos muito abaixo do esperado e a falta de identidade e objetivos claros para a escolarização deste nível de ensino. Associado a esses aspectos, pode-se acrescentar a falta de infraestrutura das escolas de Ensino Médio, os desencontros entre as propostas curriculares, o pouco investimento na formação dos professores e a baixa remuneração destes especialistas, além dos problemas de gestão e das políticas norteadoras. (MESQUITA e LELIS, 2015, p. 822)

Passados alguns anos, os problemas citados pelas autoras ainda são pertinentes. O Ensino Médio vem enfrentando conflitos políticos, econômicos e sociais desde o seu início. Recentemente, durante mais um período conturbado na política nacional, é sancionada a Lei 13.415/2017, conhecida como a Reforma do Ensino Médio, que altera e inclui artigos na LDBEN 9394/96. Não serão discutidos aqui todos os artigos dessa nova legislação, porém há que se destacar três importantes alterações na LDBEN 9394/96: a) ampliação da carga horária; b) composição do novo currículo e, c) profissionais da educação com notório saber.

Enquanto não temos resultados estatísticos diante da mais recente reforma do ensino médio, o que podemos destacar é que tal segmento de ensino vem, aos trancos e barrancos, sobrevivendo – e não se consolidando – às modificações que lhe foram impostas desde a sua existência. É dentro desse contexto que chamamos à atenção para o trabalho do coordenador pedagógico do Ensino Médio que, além de atuar num segmento com dificuldades em sua base desde o seu surgimento, também enfrenta dificuldades quanto às suas atribuições.

A oscilação das atribuições do trabalho do coordenador pedagógico dá-se pelo fato de ser uma função relativamente nova e pela ausência de implementação de uma formação específica (CLEMENTI, 2001). Para Lima e Santos (2007), são lançados múltiplos olhares sobre a identidade e função do coordenador pedagógico, o que acabam por responsabilizá-lo por tudo o que ocorre no cotidiano escolar, daí a explicação por muitas vezes tal profissional possuir rotulações como a de “bombeiro”, “bom-bril” e “salvador da escola”. Para Libâneo (2017), há diferenças marcantes acerca do trabalho do coordenador pedagógico, porém defende que esse profissional tem como atribuição prioritária prestar assistência pedagógico-didática aos professores em suas respectivas disciplinas. Certamente, o entendimento em relação ao trabalho do coordenador pedagógico varia de acordo com experiências vividas e



concepções acerca da educação. Mas, falar do coordenador pedagógico do Ensino Médio, portanto, é falar sobre um profissional que lida com problema duplo (identidade e atribuições). Há inúmeras atividades pertinentes ao trabalho do coordenador pedagógico que podem ser direcionadas especificamente aos estudantes, à equipe gestora, à comunidade em que a escola está inserida, porém, o recorte que se faz no presente trabalho é voltado às atividades com os docentes. Como exemplos de atividades pedagógicas principais, há quatro dimensões apontadas por Piletti (1998, *apud* Lima e Santos, 2007):

- a) acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;
- b) fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional;
- c) promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo;
- d) estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem (PILETTI, 1998 *apud* LIMA e SANTOS, 2007).

Percebe-se que as atividades citadas acima são atividades que podem abranger todos os segmentos da educação básica. Uma vez que não foi encontrado na literatura especializada discussões pormenorizadas centradas na figura do coordenador pedagógico no Ensino Médio, sintetizamos algumas atribuições desse profissional, conforme se segue:

Quadro 1 – Atribuições do Coordenador Pedagógico no Ensino Médio

Supervisão de entrada e saída de professores e alunos.
Atendimento aos pais e alunos em relação a assuntos de diversas situações, tanto pedagógicas como pessoais.
Convocar reuniões com toda a equipe a fim de criarem estratégias para o melhor desenvolvimento do cotidiano escolar.
Acompanhamento das mais variadas atividades burocráticas (emissão de documentos; elaboração de relatórios para diretores, professores, pais e alunos; registro do cotidiano escolar; seleção de estagiários ; organização de eventos e saídas com os alunos; entre outras.
Substituição de aulas de professores, diante às ausências de última hora.
Organização do espaço escolar (conferir o funcionamento dos espaços na escola).
Encontros com professores nas reuniões pedagógicas para ajustes da rotina na escola ou problemas pedagógicos mais graves.
Auxílio aos alunos em relação aos vestibulares e à organização de estudos para essa etapa.
Acompanhamento do planejamento de aula de cada docente bem como do material didático.
Elaboração de calendário de aulas, provas e atividades extracurriculares.
Agendamento com psicólogos para melhorar o suporte psicológico destinado aos alunos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando as atribuições citadas acima bem como sobre o posicionamento dos autores, o papel do coordenador pedagógico, embora sendo múltiplo, tem certamente uma especificidade: auxiliar na consolidação das atividades fim da escola. Nesse contexto, é importante destacar o olhar do docente sobre o coordenador pedagógico: o que pensa sobre o seu trabalho; sobre suas atribuições diárias, a contribuição ou não do trabalho dos

professores com o trabalho da coordenação pedagógica; as ênfases sobre as dimensões trabalhadas e não trabalhadas; os setores contemplados ou não.

Coordenação Pedagógica: perspectiva dos docentes

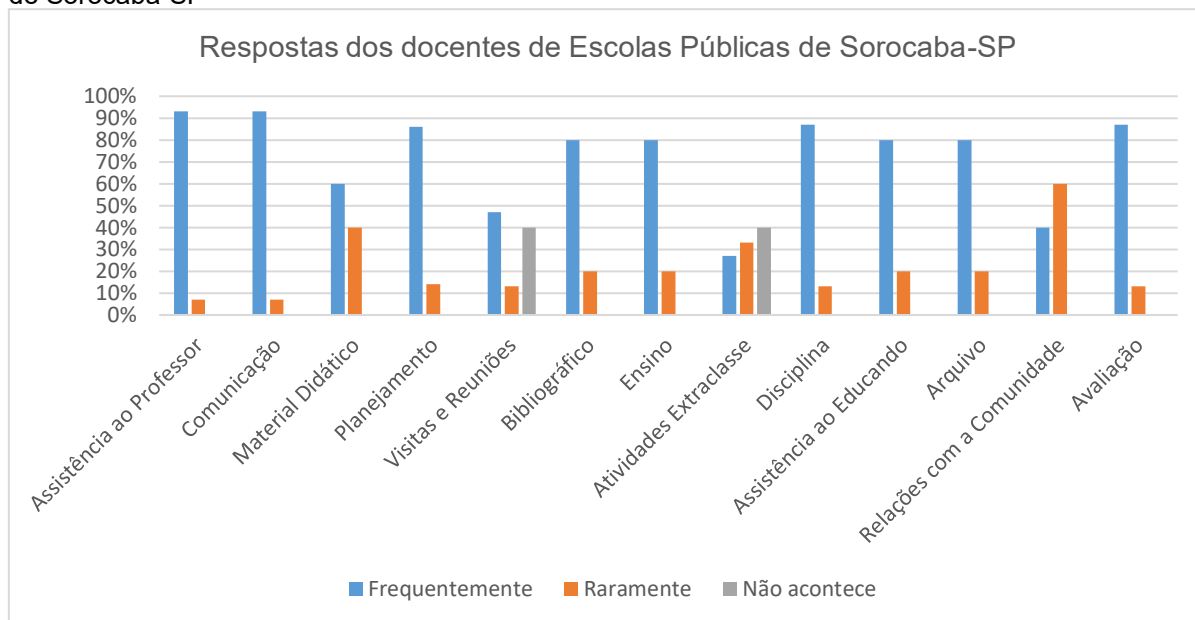
Para a realização dessa pesquisa, a coleta de dados deu-se por meio da aplicação de questionário semiestruturado e contou com um conjunto de 30 (trinta) docentes do ensino médio, dentre o conjunto de duas escolas públicas centrais da cidade de Sorocaba-SP e duas escolas privadas, totalizando quatro unidades como local epistemológico da pesquisa. Na primeira etapa da pesquisa foi identificado um trabalho publicado por Lima (2011) acerca da organização do trabalho do coordenador pedagógico de forma sistematizada. A análise desse trabalho foi fundamental para as etapas futuras da pesquisa, pois serviu como base para a construção do instrumento a ser utilizado. Na segunda etapa foi elaborado um questionário semiestruturado para a coleta de dados pertinentes ao tema selecionado. Em relação aos critérios para a seleção dos respondentes, foram adotados os seguintes: a) aceitar participar da pesquisa; b) ministrar aulas no Ensino Médio no município de Sorocaba-SP; c) reunir, necessariamente, os eixos dos itens a e b. A quantidade de participantes foi definida pela adesão dos mesmos à proposta de pesquisa. Inicialmente o questionário semiestruturado foi entregue à 33 (trinta e três) professores, no entanto, apenas 30 (trinta) respondentes atuantes no Ensino Médio deram a devolutiva, sendo 15 (quinze) de escolas públicas e 15 (quinze) de escolas privadas.

O questionário semiestruturado baseou-se nas considerações de Lima (2011). O autor, com a participação de educadores na área da coordenação pedagógica, desenvolveu o desenho do cotidiano deste profissional e estabeleceu as dinâmicas mais recorrentes da organização do trabalho do coordenador pedagógico, identificando treze possibilidades setoriais da escola no intuito de projetar intervenções tanto nos saberes quanto nos fazeres do profissional em questão. Os treze setores presentes na dimensão pedagógica são os seguintes: 1) Setor de Assistência ao Professor; 2) Setor de Comunicação; 3) Setor de Material Didático; 4) Setor de Planejamento; 5) Setor de Visitas e Reuniões; 6) Setor Bibliográfico; 7) Setor de Ensino; 8) Setor de Atividades Extraclasse; 9) Setor de Disciplina; 10) Setor de Assistência ao Educando; 11) Setor de Arquivo; 12) Setor de Relações com a Comunidade e; 13) Setor de Avaliação.

No questionário aplicado aos docentes, os setores foram brevemente contextualizados e para cada um deles foi realizado a seguinte pergunta: *Em relação a esse setor e tomando por base a sua realidade, o trabalho do coordenador pedagógico acontece frequentemente, raramente ou não acontece?* Após a análise dos questionários, compartilhamos os resultados dos dados a partir dos seguintes gráficos:

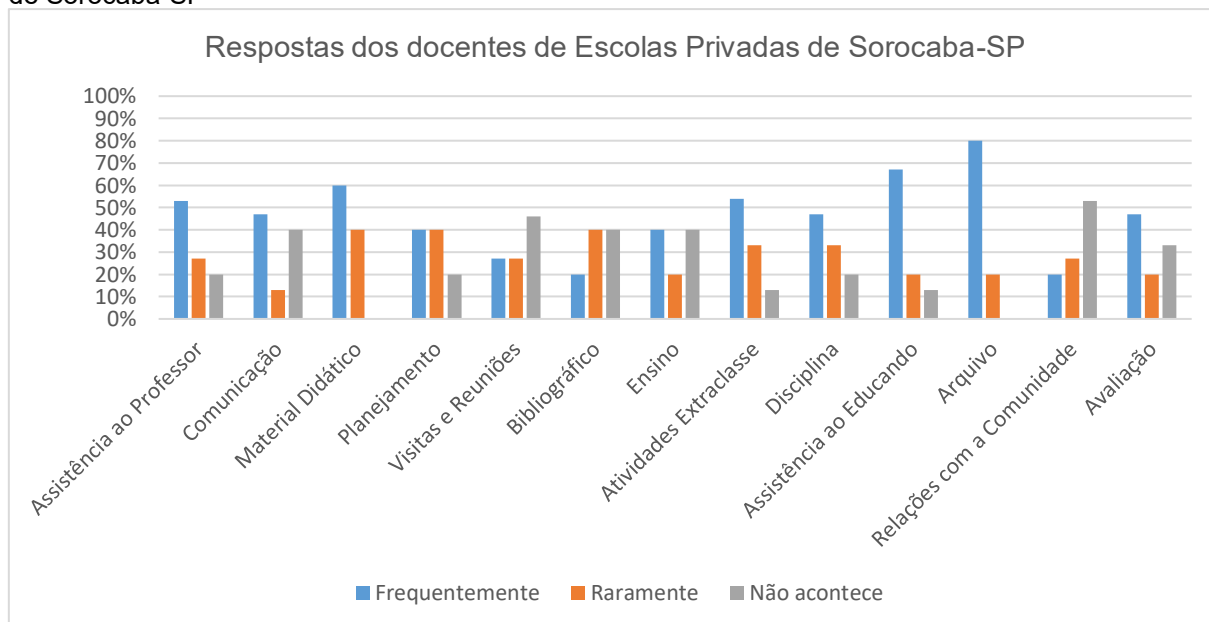


Gráfico 1 – Respostas dos questionários aplicados aos docentes do Ensino Médio de Escolas Públicas de Sorocaba-SP



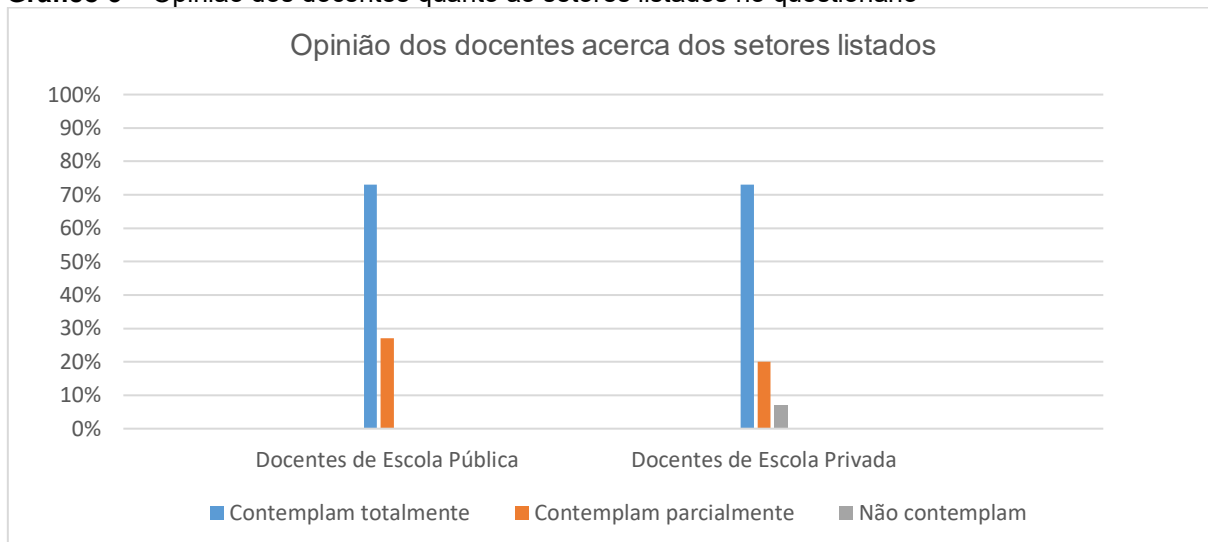
Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 2 – Respostas dos questionários aplicados aos docentes do Ensino Médio de Escolas Privadas de Sorocaba-SP



Fonte: Dados da pesquisa.

Após responderem sobre a existência e frequência dos setores pertinentes ao trabalho do coordenador pedagógico no Ensino Médio, conforme os dados acima apresentados, os docentes participantes responderam à seguinte pergunta: *A partir dos setores listados, identificados por Lima (2011), e de sua experiência docente, na sua opinião, tais setores contemplam grande parte do trabalho do coordenador pedagógico?* Como resposta, temos o seguinte resultado:

Gráfico 3 – Opinião dos docentes quanto ao setores listados no questionário

Fonte: Dados da pesquisa.

A discussão mais detalhada acerca dos resultados obtidos a partir da análise da coleta de dados consta na integralidade do Trabalho de Conclusão de Curso do referido tema, porém chamamos à atenção na próxima sessão para alguns setores que envolvem o trabalho do coordenador pedagógico diretamente com o corpo docente.

O trabalho do coordenador pedagógico no ensino médio a partir da perspectiva docente: problematização e encaminhamentos

Ao compararmos os dados coletados pelos docentes de escolas públicas com os de escolas privadas, de um modo geral, os treze setores acontecem de maneira frequente nos espaços das escolas públicas, não existindo, portanto, tal realidade nas escolas privadas. Constatamos que os dois maiores índices setoriais nas escolas públicas são relacionados aos setores de assistência ao professor e comunicação, ambos com 93%. Já nas escolas privadas, o setor de assistência ao professor aparece com 53% e o de comunicação com 47% de frequência.

De acordo com o trabalho de Lima (2011), o setor de assistência ao professor tem como objetivo apoiar o processo de ação interventiva do professor, orientando, sugerindo, problematizando e fornecendo subsídios para o desenvolvimento das atividades-fim, portanto, é um espaço onde todos os recursos materiais e humanos são mobilizados na escola. A formação continuada dos docentes são momentos oportunos nessa direção. Nesse sentido, Libâneo (2017), como visto no início do presente trabalho, também destaca a formação docente como uma das principais atribuições do coordenador pedagógico. O setor de comunicação articula as intenções e propostas entre todos os sujeitos envolvidos no movimento escolar, promovendo entendimento, esclarecendo intenções, argumentando, questionando, informando e direcionando para uma práxis democrática e dialógica (TEIXEIRA e MATSUBARA, 2011).

Vimos também, a partir dos dados coletados, que 73% dos docentes participantes da pesquisa concordam que os setores elencados por Lima (2011) contemplam totalmente o trabalho do coordenador pedagógico, ainda que nem todos os setores existam em seus locais de trabalho. Sabemos que, independentemente da instituição escolar, pública ou privada, há sempre uma rotina diferente, pois é espaço de relações e interações humanas. Sendo assim, a existência de um trabalho organizado e, no caso do estudo de Lima (2011), setorializado, permite melhor desenvolvimento das atividades escolares, bem como do trabalho socializado do coordenador pedagógico com seus pares.

Considerações finais

Consideramos o trabalho do coordenador pedagógico como fator imprescindível para o desenvolvimento efetivo do processo de ensino e aprendizagem das relações entre todos os atores sociais envolvidos, dentro e fora da escola. Embora não exista muitas produções científicas no campo de atuação do coordenador pedagógico de forma específica no ensino médio, constatamos, a partir da literatura especializada, que a formação docente é uma de suas principais atribuições. Dessa forma, trazemos à luz da discussão a problemática acerca dos conhecimentos necessários ao trabalho do coordenador pedagógico do ensino médio a partir das perspectivas docentes de Sorocaba-SP.

Apresentamos um breve histórico do ensino médio no Brasil para melhor compreendermos esse lugar de atuação eleito para a presente pesquisa. Constatamos que o ensino médio, considerado pela LDBEN como etapa final da educação básica, é um segmento que desde o seu início, sempre apresentou dificuldades quanto à sua finalidade, enfrentando duras consequências políticas, econômicas e sociais. Se de um lado há a responsabilidade da formação integral dos jovens, do outro há a cobrança para a preparação para os vestibulares e para o mercado de trabalho. Diante a esse cenário, o coordenador pedagógico do ensino médio, que já enfrenta deficiências na construção identitária de suas funções, muitas vezes se revela no movimento de tensão entre atingir as finalidades da última etapa da educação básica e atender às demandas da escola.

Observamos que as atribuições provenientes do cargo de coordenador pedagógico acabam sendo iguais em sua maior parte, independente do segmento de atuação. No ensino médio, conforme apontado nessa pesquisa, há as suas especificidades, porém cada coordenador precisa avaliar a proposta pedagógica de seu lugar de atuação.

Antes de discorrermos a respeito da percepção docente acerca do trabalho do coordenador pedagógico, tema central da presente pesquisa, elegemos o trabalho de Lima (2011) como base para a discussão. A Organização do Trabalho do Coordenador Pedagógico (LIMA, 2011) elenca treze setores que auxiliam um melhor aproveitamento e desenvolvimento do trabalho



do coordenador pedagógico na sua rotina diária. Ao responderem o questionário semiestruturado sobre esses setores, os docentes participantes da pesquisa concordaram, em sua grande maioria, que tais setores contemplam totalmente o trabalho do coordenador pedagógico, ainda que nem todos setores existam em seus locais de trabalho.

Por fim, constatamos que a perspectiva docente é de suma importância para o trabalho do coordenador pedagógico, pois permite a reflexão da atuação dele, o que pode acarretar na melhor condução dos trabalhos pedagógicos da escola. Dessa forma, conforme Lima (2007), coordenador pedagógico e professor, investidos de papéis diferentes, de saberes diversos, podem buscar um encontro fecundo, cujo fruto seja a construção de uma prática pedagógica mais consistente, enriquecida e criativa.

Referências

- BARROS, M.D.M. R. N; LOPES, L.C.S.; CARVALHÊDO, J.L.P. Apontamentos históricos da trajetória do coordenador pedagógico no Brasil. *Anais do VIII FIPED*, MA: 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA32_ID2915_09092016155429.pdf. Acesso em 30 abr.2019.
- BRASIL. *Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em 10 fev.2019.
- BRASIL. *Lei 7.044, de 18 de outubro de 1982*. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília, DF: 1982. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm. Acesso em 10 fev.2019.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: 1988.
- BRASIL. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 fev.2019.
- BRASIL. *Lei 12.061, de 27 de outubro de 2009*. Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. Brasília, DF: 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12061.htm. Acesso em: 10 fev.2019.
- BRASIL. *Lei 12.796, de 4 de abril de 2013*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 10 fev.2019.
- BRASIL. *Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 10 fev.2019.
- BOCCIA, M.B.; DABUL, M.R.; LACERDA, S.C. (orgs.). *Gestão Escolar em Destaque (Pedagogia de A a Z; vol.5)*. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.



CLEMENTI, N. A voz dos outros e a nossa voz: alguns fatores que intervêm na atuação do coordenador. In: PLACCO, V S.; ALMEIDA, L. R (orgs.). *O coordenador pedagógico e o espaço da mudança*, v. 3, São Paulo: Loyola, 2001.

CURY, C. R. J. O ensino médio no Brasil: histórico e perspectivas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, nº 27, p.73-84, jul. 1998.

LIBÂNEO, J.C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6. ed. rev. e ampl. 2ª tiragem. São Paulo: Heccus Editora, 2017.

LIMA, P.G. (org.). *A organização do trabalho do coordenador pedagógico*. Pará de Minas/MG: VirtualBooks, 2011.

LIMA, P.G.; SANTOS, S.M. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. *Educere et Educare*, v.2, n.4, p.77-90, 2007. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1656/1343>. Acesso em: 30 ago.2018.

MESQUITA, S.S.A.; LELIS, I.A.O.M. Cenários do Ensino Médio no Brasil. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 23, n. 89, p. 821-842, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n89/1809-4465-ensaio-23-89-0821.pdf>. Acesso em: 23 nov.2018.

SAVIANI, D. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia. In: FERREIRA, N.S.C. (Org.) *Supervisão educacional para uma escola de qualidade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TEIXEIRA, O.C.S.; MATSUBARA, S.H.S. *Setor de Comunicação*. In: Lima, Paulo Gomes (org.). *A organização do trabalho do coordenador pedagógico*. Pará de Minas/MG: VirtualBooks, 2011.



2021 Coloque em sua Agenda
Vou pra Sorocaba - SP

FOI MARAVILHOSO CONTAR COM VOCÊS EM NOSSO EVENTO – AINDA QUE DE FORMA REMOTA. ESPERAMOS VOCÊS NO II COLÓQUIOS DE 25 A 28 DE MAIO DE 2021.

II COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Equidade social na educação brasileira

25 a 28 de maio de 2021



<https://doity.com.br/ii-colquios-de-politicas-e-gesto-da-educao>

Informações:

geplageufscar@gmail.com

What



<https://doity.com.br/ii-colquios-de-politicas-e-gesto-da-educao>